

Memória, História e Cultura dos Povos Indígenas: análise dos estudos realizados nos ciclos do PIBIC 2015-2016 pelo GPEA

*Valéria Rocha dos Santos

Resumo - O artigo em tela é parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo objetivo foi analisar estudos sobre a História e as culturas indígenas no currículo escolar público de Ji-Paraná, desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) através da Linha de Pesquisa Antropologia Etnopedagógica e Currículo por meio dos ciclos do PIBIC correspondentes a 2015-2016, tendo em vista o reexame de 3 (três) Relatórios Finais e a pesquisa narrativa de caráter autobiográfico.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Escolas. Currículo. GPEA.

Abstract: This article is part of the Course Completion Work (TCC) whose objective was to analyze studies on History and indigenous cultures in the public school curriculum of Ji-Paraná, developed by the Research Group on Education in the Amazon (GPEA) through of the Ethnopedagogical Anthropology and Curriculum Research Line through the PIBIC cycles corresponding to 2015-2016, in view of the review of 3 (three) Final Reports and the autobiographical narrative research.

Keywords: Indigenous Peoples. Schools. Curriculum. GPEA.

Introdução

O conhecimento sobre os Povos Indígenas no âmbito da Amazônia ainda é limitado ao espaço escolar e a educação superior. Esta premissa orientou uma parte da escrita desta sessão na medida em que a experiência que construí na participação em projetos de pesquisa e em diálogos com os próprios indígenas possibilitou um aprofundamento destas aprendizagens interculturais.

Assim, além de apresentar elementos de minha vivência como meio de aproximação e maior conhecimento da temática, discuto nesta seção a importância dos saberes acerca da História e Culturas indígenas exigidos atualmente pela Lei 11.645/2008 no ambiente escolar. Um mecanismo que pode permitir a inserção do Currículo Intercultural.

[...] o sentido do que somos depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos [...], em particular das construções narrativas nas quais cada um de nós ao mesmo tempo, [é] o autor, o narrador e o personagem principal (LARROSA, 1994, p. 48).

* Graduada em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, campus de Ji-Paraná. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAM) – Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, campus de Porto Velho. vaaleriarocha1234@gmail.com

A escrita desta seção foi possível a partir dos seguintes recursos metodológicos: pesquisa bibliográfica e a pesquisa autobiográfica. A pesquisa bibliográfica é aquela que “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...]”. (GIL, 2008, p. 50). Neste sentido, as contribuições de autores e autoras que pesquisam identidade, currículo, decolonialidade, educação crítica, foram importantes para o suporte teórico do referido estudo (HALL, 2007; WALSH, 2009; NEVES, 2013; CANDAU, 2011; BERGAMASCHI; GOMES, 2012; FREIRE, 2002).

Em relação à pesquisa autobiográfica, as leituras a respeito das escritas de si, foram relevantes na medida em que permitiram uma análise sobre os conhecimentos que tinha antes e aqueles que foram desconstruídos, reelaborados e/ou ampliados sobre os Povos Indígenas, pois: “O uso didático da memória pedagógica e/ou história de vida tem se revelado num interessante instrumento de formação. [...] a concretização dos pressupostos teóricos de um processo ensino-aprendizagem que tenha o sujeito e a cultura como ponto básico de referência”. (CUNHA, 1997, p. 191).

Quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória percorrida dando-lhe novos significados. Assim, a narrativa não é a verdade literal dos fatos, mas, antes, é a representação que deles faz o sujeito e, dessa forma, pode ser transformadora da própria realidade. (CUNHA, 1997, p. 3).

Iniciei a graduação no segundo semestre de 2015 e o Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) começou a fazer parte da minha rotina acadêmica em meados de 2017 quando substitui uma pesquisadora em um ciclo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Durante esse período foram realizados encontros para o estudo previsto em meu Plano de Trabalho, com leituras e discussão de textos de suma relevância para a compreensão do outro colocado como inferior, subalterno no âmbito da temática indígena.

As escritas baseadas nas histórias de vida têm como principal objetivo refletir criticamente o passado, um mecanismo que permite “[...] ajudar os estudantes e professores a problematizar a especificidade histórica da produção de suas próprias posições de sujeitos e os modos de sociabilidade que construíram nas contradições de suas trajetórias [...]” (CUNHA, 1997, p. 8).

Discussões estas que nos colocaram a refletir sobre a atual condição do Brasil, onde a extrema direita tem ganhado voz e alcançado grupos privilegiados que buscam estabelecer uma cultura única, uma evidente contradição diante de um país que é constituído pela diversidade e que anseia reconhecer sua dívida histórica com relação as contribuições dos Povos Indígenas.

No decorrer dos encontros, lembro-me do pensamento freireano sobre as relações entre educação e democracia. Para ele, o “[...] educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. (FREIRE, 2002, p. 28). E, é justamente neste contexto que percebo as preocupações de minha orientadora em possibilitar aos seus orientandos/as o espaço formativo para perceber e ampliar a criticidade a respeito da sociedade na qual fazemos parte e que insiste em monopolizar a cultura.

Nestas reflexões compreendo que há a necessidade de continuar pesquisando, mesmo considerando a escassez de recursos financeiros e de represálias vivenciadas por fazer parte de um coletivo que luta por condições melhores a todos/as, analisando e apresentando os resultados de estudos a sociedade, de forma também provocá-los/as no sentido de pensar para onde estamos indo e para onde queremos ir.

Durante os três ciclos do PIBIC em que tive a oportunidade de fazer parte, compreendi que a academia não é somente discutir um texto, realizar uma avaliação ou apresentá-lo, muito mais que isso, é entender, discutir, refletir e poder concluir sobre determinado contexto/assunto e assim, poder buscar formas para desconstruir os pensamentos que nos inferioriza.

Nos estudos do PIBIC (2016-2017, 2017-2018) em que fiz parte, pude aprender muito, avançar na compreensão do que é uma pesquisa, como é realizado, conhecer e aprofundar meus saberes sobre os Povos Indígenas. E, no ciclo (2018-2019), tive a oportunidade de ter como companheira de trabalho, a estudante indígena Ângela Arara, que me ensinou muitas coisas com suas falas e experiências de luta e também de ganhos.

Em suas falas foi possível sentir o quanto as mulheres de sua etnia lutam e buscam ter espaço dentro e fora de sua comunidade, de forma que nos encontros que tivemos inspirou não apenas a mim, mas, também a outras mulheres que precisam ser encorajadas para não desistirem de seus objetivos, pois, a desigualdade de gênero está presente em todos os espaços da sociedade.

Neste sentido, compreendo a partir de Freire (2002, p.11) que “[...] a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo [...]”, ou seja, não é apenas falar sobre a prática é preciso vivenciar o que pregamos.

Desse modo, consideramos para a realização da investigação a perspectiva da pesquisa como um “[...] procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais [...]”. (LAKATOS; MARCONI, 1990, p. 154). Estes procedimentos podem variar de acordo com a coleta de dados ou as circunstâncias que as envolvem.

Em relação à adoção de narrativas analisamos que podem provocar “[...] mudanças na forma como as pessoas compreendem a si próprias e aos outros [...]” 16 (CUNHA, 1997, p. 4). Nesta direção possibilitam que o narrador perceba suas narrativas como meio de teriorizar suas vivências, promovendo uma reflexão a respeito dos pensamentos alicerçados ao longo de seu trajeto.

Esta seção teve o objetivo de apresentar o quanto aprendi no decorrer desses três ciclos, o quanto me serão válidos na caminhada de reconhecimento e constante afirmação no processo de vir a se tornar uma pesquisadora, sobretudo a compreender que a formação do/a professor/a é de construir caminhos para a transformação social.

Resultados e contribuições do PIBIC ciclo 2015-2016

O Projeto “Karo e Ikolem: História e Culturas indígenas na perspectiva da Lei 11.6645/2008” também foi desenvolvido pela Linha de Pesquisa Antropologia Etnopedagógica e Currículo, do Grupo de Pesquisa em Educação na Educação na Amazônia (GPEA), no período 2015-2016, contou com a participação dos seguintes estudantes: Garcia (bolsista), Lima (voluntária) e Arara (voluntária). O objetivo principal foi “Prosseguir a investigação sobre o processo de implantação da Lei 11.645 de 2008 referente à temática História e Culturas Indígenas nas escolas públicas de Ji-Paraná, estado de Rondônia e suas implicações na construção do Currículo Intercultural”. (NEVES, 2016).

O pesquisador Garcia fez parte do ciclo com o Plano de Trabalho: “Ações do sistema de ensino municipal, estadual, federal (UNIR) e MPF na viabilização do cumprimento da Lei 11.645/2008 no interior das escolas públicas”, com o objetivo de “[...] verificar as medidas tomadas pelo sistema de ensino estadual/municipal/federal de Ji-Paraná, [...] a respeito do cumprimento da Lei 11.645/2008 no interior das escolas públicas (GARCIA, 2016a, p. 3), cujos resultados foram posteriormente publicados¹.

As instituições participantes foram a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Ji-Paraná, a Representação de Ensino (REN) da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC-RO), a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus Urupá de Ji-Paraná e o Ministério Público Federal (MPF). As entrevistas previstas incluíam respectivamente, a gestora, a coordenadora pedagógica, o

¹ GARCIA, Gesse Ricardi Batista; NEVES, Josélia Gomes. Ações do sistema de ensino municipal, estadual, federal (UNIR) e MPF na viabilização do cumprimento da Lei 11.645/2008 no interior das escolas públicas. Revista Pesquisa & Criação: Anais do XXV Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq2015/2016 ISSN: 1982-7857- On-line, 2016.

defensor público, o procurador e o chefe de departamento do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIR no município de Ji-Paraná.

As barreiras enfrentadas no processo foram muitas, sobretudo o de negar acesso a informações que a princípio devem ter caráter público. Estamos nos referindo às dificuldades enfrentadas pelo pesquisador no processo de coleta de os dados da pesquisa. Duas instituições dificultaram muito este acesso: o gestor da SEDUC que impôs inúmeras dificuldades e compromissos inadiáveis, de modo que não foi possível realizar a entrevista com ele, mas com outra coordenadora pedagógica que também atua na secretaria e por ele designada. A outra obstrução ocorreu na UNIR – Campus de Ji-Paraná, o local proponente do estudo.

Embora tenha sido feita oficialmente a solicitação para a realização da entrevista com o chefe de Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS), responsável pelo curso de Pedagogia da UNIR em Ji-Paraná, o referido gestor informou oralmente que não tinha disponibilidade para atender o pesquisador, no entanto, disse que poderia encaminhar um texto descrevendo os trabalhos desenvolvidos no curso, mas, conforme narra Garcia (2016), este registro nunca chegou.

Apesar disso o pesquisador concluiu o seu relatório e prosseguiu no aprofundamento da temática em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): “Culturas negadas, vozes silenciadas, Histórias mal contadas: o processo de implementação da Lei 11.645/2008 em escolas de Ji-Paraná sob práticas da gestão”. Concluiu em sua pesquisa que para ocorrer a inserção da Lei 11.545/2008 que trata do estudo da História e Cultura dos Povos Indígenas no currículo escolar é preciso uma ampla mobilização e, “[...] atuação dos movimentos sociais indígenas do estado em parceria com o MPF e Promotorias de Justiça, caso contrário as vozes e culturas indígenas vão continuar ocultas e sua história “mal contada” pelos critérios hegemônicos do poder [...]” (GARCIA, 2016b, p. 29).

A pesquisadora Lima também fez parte do ciclo 2015-2016 através do Plano de Trabalho: “Análise dos conteúdos referentes à História e Cultura dos Povos Indígenas no currículo escolar à luz da Lei 11.645 de 2008”. O objetivo de sua pesquisa foi: “Analisar como os conteúdos referentes à História e culturas dos povos indígenas estão sendo ministrados no âmbito do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história como preconiza a Lei 11.645 de 2008” (LIMA, 2016, p. 3).

A pesquisa de campo da autora foi realizada com cinco professores/as de duas escolas (Estadual e Municipal) de ensino público do município de Ji-Paraná e, também a partir de análise nos cadernos de planejamento docente, livros didáticos adotados pelas escolas e cadernos escolares. Um de seus questionamentos era saber a forma

como os/as professores/as estavam ministrando a temática indígena nas disciplinas, em especial nas áreas de Arte (Educação Artística), Literatura e História. Informou que os/as professores/as foram unânimes em dizer que trabalham conforme orienta a Matriz de Competências e Habilidades disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação, fornecida pela Rede Vencer do Instituto Airton Senna:

[...] as habilidades e os conteúdos vem como proposta da Rede Vencer. Dentro desta proposta no primeiro bimestre, nós trabalhamos a História. É a história dos povos indígenas, de forma mais geral, como os povos indígenas estão no Brasil, a questão sobre a perda de território, a dizimação do povo indígena né, a diminuição em número, é, a perda de terra. Eles vêm, muitos povos indígenas estão habitando nas cidades ao invés da... do próprio território (LIMA, 2016, p. 13-14).

A análise da pesquisa da pesquisadora evidencia avanços na direção dos livros didáticos quanto a proposição de conteúdos referentes à História e Cultura dos Povos Indígenas². Informou que na Matriz é estabelecidas orientações de como deve ser o trabalho acerca da História e Cultura dos Povos Indígenas visando a valorização das diferenças culturais na perspectiva indígena. Entretanto, aponta para uma atenção maior para o cumprimento da Lei 11.645/2008, considerando que:

[...] a temática indígena continua sendo negligenciada e abordada de maneira superficial pela rede pública de ensino municipal. Ora por que falta formação continuada que contemple a temática indígena e a Lei 11.645/2008, ou por falta de material adequado disponível para os professores e professoras da rede pública de ensino (LIMA, 2016, p. 26).

Ela enfatizou a importância de aprofundar os estudos a respeito da temática adiante, e nessa direção, desenvolveu o estudo no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional (LIMA, 2018): “Quando as canções do Ikolen/Gavião visitam a escola: ações educativas com as músicas indígenas na Tupi em Ji-Paraná/RO”, voltado para a continuação e expansão do tema no âmbito da Lei 11.645/2008.

Arara, uma das lideranças indígenas do povo Arara, docente indígena e pesquisadora, também esteve presente no ciclo 2015-2016 do PIBIC, o que nos traz muita satisfação em apresentar os resultados de sua pesquisa, por meio do Plano de Trabalho: “Avanços e dificuldades docentes quanto à aplicabilidade da Lei 11.645/2008 sobre a inserção da História e Cultura Indígena no Currículo escolar”

² LIMA, Deloíse Ângela Amorim de.; NEVES, Josélia Gomes. Relatório Final do PIBIC – Ciclo 2015- 2016. Análise dos conteúdos referentes à História e cultura dos Povos Indígenas no currículo escolar à luz da Lei 11.645 de 2008. Revista Pesquisa & Criação: Anais do XXV Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq-2015/2016 ISSN: 1982-7857- On-line, 2016.

com o objetivo de: “Identificar avanços e possíveis dificuldades docentes relacionadas à aplicabilidade da referida Lei, no que diz respeito especificamente à materialização no Currículo do ensino de História e Cultura Indígena”. (ARARA, 2016, p. 3).

Realizou sua pesquisa para saber como tem sido trabalhada a temática indígena na escola, pois, de acordo com ela, é muito comum as pessoas lhe pararem nos comércios, nas ruas e perguntarem se os indígenas vivem pelados, como se comunicam na aldeia, questões que sugerem desconhecimentos sobre os Povos Indígenas.

Relatou que a experiência como pesquisadora foi válida e destacou que se estivesse no lugar de uma professora não indígena buscaria outros meios além dos livros didáticos, para trabalhar a temática indígena na escola, como contar histórias, pesquisar brincadeiras infantis que acontecem nas aldeias, por exemplo, assim como: “[...] convidar lideranças, representantes do movimento indígena para fazer palestras, conversar com as crianças, pois é comum eles virem na cidade para resolver questões do Povo (ARARA, 2016, p. 12-14).

Destacou a necessidade da docência de Ji-Paraná, em Rondônia aprofundar saberes sobre os indígenas, as suas lutas e as conquistas enfrentadas na região amazônica, local onde se concentra grande parte das etnias indígenas³. No entanto, mesmo diante de toda esta diversidade de povos e línguas, o desconhecimento e alheamento são explícitos. Notamos o quão pouco as pessoas aparentam interesse a respeito da história contada pelos próprios indígenas.

A pesquisadora no decorrer do trabalho de campo realizou uma entrevista com uma professora não indígena de uma escola pública da rede municipal de JiParaná, ocasião em que levantou avanços consideráveis sobre o trabalho com a Lei 11.645/2008. “[...]. A professora conhece os povos indígenas, trabalha a temática e teve formação sobre o assunto na graduação. É um pequeno começo [...]” (ARARA, 2016, p. 21).

No entanto, ressalta que existem pelos menos duas dificuldades enfrentadas pelos/as professores/as, descritas pela entrevistada que impedem um bom trabalho nas atividades desenvolvidas pelos/as mesmos/as: “[...] a falta de material apropriado já que o livro didático ainda não atende o que prevê a Lei 11.645/2008 e a ausência de formação continuada constante que prepare de uma forma mais satisfatória estes profissionais [...]” (ARARA, 2016, p. 21).

A conclusão da pesquisadora nos permite refletir que mesmo após anos da obrigatoriedade da Lei ainda há barreiras a serem rompidas e desconstruídas,

³ARARA, Marli Peme; NEVES, Josélia Gomes. Avanços e dificuldades docentes quanto à aplicabilidade da Lei 11.645/2008 sobre a inserção da História e Cultura Indígena no Currículo escolar. Revista Pesquisa & Criação: Anais do XXV Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq2015/2016 ISSN: 1982-7857- On-line, 2016.

principalmente com relação a elaboração dos livros didáticos que avançaram mas, por outro lado, ainda invisibilizam aspectos locais da História e cultura dos Povos Indígenas.

Reflexões publicadas posteriormente no IX SED⁴, um evento que ocorreu em 2016 no município de Ji-Paraná, Rondônia. O Projeto de Pesquisa do ciclo 2015-2016, intitulado: Karo e Ikolem: História e Culturas indígenas na perspectiva da Lei 11.6645/2008 derivou 7 (sete) produções acadêmicas nos formatos de resumo, trabalho completo publicado em anais de evento, artigo, monografia e dissertação de mestrado conforme apresentação demonstrada no Quadro 1:

Quadro 1 – Karo e Ikolem: História e Culturas indígenas na perspectiva da Lei 11.6645/2008Ciclo 2015-2016.

Ordem	Título	Autoria	Tipo	Ano	Local de Publicação
01	Ações do sistema de ensino municipal, estadual, federal (UNIR) e MPF na viabilização do cumprimento da Lei 11.645/2008 no interior das escolas públicas.	Garcia Neves e	Resumo	2016	Revista Pesquisa & Criação Anais do XXIII 2015/2016
02	Avanços e dificuldades docentes quanto à aplicabilidade da Lei 11.645/2008 sobre a inserção da história e cultura indígena no currículo escolar.	Arara Neves e	Resumo	2016	Revista Pesquisa & Criação Anais do XXIII 2015/2016
03	Análise dos conteúdos referentes à história e cultura dos povos indígenas no currículo escolar à luz da Lei 11.645 de 2008.	Lima e Neves	Resumo	2016	Revista Pesquisa & Criação Anais do XXIII 2015/2016
04	A interculturalidade na perspectiva de Catherine Walsh e Fidel Tubino.	Garcia Neves e	Artigo	2016	Revista Pedagogia
05	Avanços e dificuldades docentes quanto a aplicação da Lei 11.645/2008 sobre história e cultura indígena na escola.	Arara Neves e	Trabalho Completo	2016	Anais do XI Seminário de Educação
06	Culturas negadas, vozes silenciadas, história mal contada: o processo de implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas de JiParaná sob as práticas da gestão.	Garcia Neves e	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	2016	DCHS/UNIR Ji-Paraná/RO
07	Quando as canções do Ikolen/Gavião visitam a escola: ações educativas	Lima	Dissertação de Mestrado	2018	Fundação Universidade Federal de

⁴ARARA, Marli Peme; NEVES, Josélia Gomes. Avanços e dificuldades docentes quanto a aplicação da Lei 11.645/2008 sobre história e cultura indígena na escola. In: IX SED, 2016, Ji-Paraná. Anais do IX SED, UNIR: Ji-Paraná, 2016. ARARA, Marli Peme. O significado da Lei 11.645/2008 na perspectiva de uma professora e pesquisadora indígena. In: Anais do IX SED, UNIR: Ji-Paraná, 2016

	com as músicas indígenas na Tupi em Ji-Paraná/RO.				Rondônia (UNIR)
--	---	--	--	--	-----------------

Fonte: Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA).

Assim, no decorrer dos e 2015-2016, analisamos três produtos do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) que foram os Relatórios Finais produzidos pelo Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) referente à Lei 11.645/2008 sobre a inserção da História e Cultura dos Povos Indígenas nos currículos das instituições de ensino. E em decorrência destes estudos ocorreram 7 (sete) publicações sistematizadas em resumos, trabalhos completos, artigos, monografias e dissertações de mestrado.

Conclusões

Estas produções evidenciam que há avanços quanto à aplicação da Lei 11.645/2008 em algumas atividades pontuais: nos livros didáticos e em ações isoladas da docência, mas a questão mais mencionada diz respeito a ausência de formação docente em âmbito inicial e continuado. De forma geral os estudos apontam para desconhecimentos, despreparos e descasos com a temática, como percebemos na pesquisa de campo do pesquisador Garcia (2016). Posturas que retardam desconstruções e contrariam a normativa e com isso as escolas seguem mantendo a visão estereotipada a respeito da História e Cultura dos Povos Indígenas.

Em função disso, recomendamos aos órgãos responsáveis – sistemas educacionais e agências formadoras o cumprimento da referida Lei através da viabilização de práticas de formação docente inicial e continuada com vistas a materialização da interculturalidade crítica na escola. Reiteramos a necessidade da participação do Ministério Público Federal, Promotoria de Justiça e demais órgãos fiscalizadores quanto a execução da Lei 11.645/2008.

Assim, entendemos que este período de investigação que o Grupo de Pesquisa Educação na Amazônia (GPEA) proporcionou por meio da Linha de Pesquisa “Antropologia Etnopedagógica e Currículo” nos ciclos do PIBIC, contribuíram significativamente para percebermos que a Lei 11.645/2008 ainda não está sendo cumprida conforme a mesma estabelece e que se faz importante as lideranças indígenas cobrem dos órgãos de fiscalização e secretarias de ensino a inserção correta da Lei. E neste sentido, ressaltamos que é importante que o Grupo continue realizando pesquisas a respeito da inserção da Lei nos currículos das escolas e, disponibilizando a sociedade por meio eventos e publicações, garantindo que os Povos Indígenas da região amazônica tenham direito de falas dentro da construção curricular das instituições de ensino.

Referências

ARARA, Marli Peme. Relatório Final do PIBIC – Ciclo 2015-2016. **Avanços e dificuldades docentes quanto à aplicabilidade da Lei 11.645/2008 sobre a inserção da História e Cultura Indígena no Currículo escolar**. UNIR: GPEA, 2016a.

ARARA, Marli Peme; NEVES, Josélia Gomes. **Avanços e dificuldades docentes quanto à aplicabilidade da Lei 11.645/2008 sobre a inserção da História e Cultura Indígena no Currículo escolar**. Revista Pesquisa & Criação: Anais do XXV Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq-2015/2016 ISSN: 1982-7857- On-line, 2016.

ARARA, Marli Peme; NEVES, Josélia Gomes. **Avanços e dificuldades docentes quanto a aplicação da Lei 11.645/2008 sobre história e cultura indígena na escola**. In: IX SED, 2016, Ji-Paraná. Anais do IX SED, UNIR: Ji-Paraná, 2016.

ARARA, Marli Peme. **O significado da Lei 11.645/2008 na perspectiva de uma professora e pesquisadora indígena**. In: Anais do IX SED, UNIR: Ji-Paraná, 2016.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural**. Currículo sem Fronteiras, 1994.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas**. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural**, [...]. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº. 11.645/2008. **Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.

CUNHA, Maria Isabel da. **Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. Revista da Faculdade de Educação. v. 23 n. 1-2 São Paulo Jan./Dez. 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, Gesse Ricardi Batista. Relatório Final do PIBIC – Ciclo 2015-2016. **Ações do sistema de ensino municipal, estadual, federal (UNIR) e MPF na viabilização do cumprimento da Lei 11.645/2008 no interior das escolas públicas**. UNIR: GPEA, 2016a.

GARCIA, Gesse Ricardi Batista; NEVES, Josélia Gomes. **Ações do sistema de ensino municipal, estadual, federal (UNIR) e MPF na viabilização do cumprimento da Lei 11.645/2008 no interior das escolas públicas**. Revista Pesquisa & Criação: Anais do XXV Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq-2015/2016 ISSN: 1982-7857- On-line, 2016.

GARCIA, Gesse Ricardi Batista. **Culturas negadas, vozes silenciadas, história mal contada: o processo de implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas de Ji-Paraná sob as práticas da gestão**. Orientadora: Josélia Gomes Neves. 2016. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná. 2016b.

GARCIA, Gesse Ricardi Batista; NEVES, Josélia Gomes. **A interculturalidade na perspectiva de Catherine Walsh e Fidel Tubino**. Revista Pedagogia – UFMT Número 5 jul/dez 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LARROSA, Jorge. **Tecnologias do eu e educação**. In: SILVA, Tomaz T. O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, Deloíse Ângela Amorim de. Relatório Final do PIBIC – Ciclo 2015-2016. **Análise dos conteúdos referentes à História e cultura dos Povos Indígenas no currículo escolar à luz da Lei 11.645 de 2008**. UNIR: GPEA, 2016.

LIMA, Deloíse Ângela Amorim de; NEVES, Josélia Gomes. Relatório Final do PIBIC – Ciclo 2015-2016. **Análise dos conteúdos referentes à História e cultura dos Povos Indígenas no currículo escolar à luz da Lei 11.645 de 2008**. Revista Pesquisa & Criação: Anais do XXV Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq-2015/2016 ISSN: 1982-7857- On-line, 2016.

LIMA, Deloíse Ângela Amorim de. **Quando as canções do Ikolen/Gavião visitam a escola: ações educativas com as músicas indígenas na Tupi em Ji-Paraná/RO**. Orientador: Robson Fonseca Simões. 2018. 173f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2018.

NEVES, Josélia Gomes. **Currículo intercultural: o processo de aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia**. In: Revista Partes, V. 15, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.partes.com.br/2013/05/15/curriculointercultural/>. Acesso em: 21 dez. 2018.

NEVES, Josélia Gomes. Relatório de Pesquisa. PIBIC – Ciclo 2013-2014. **História e cultura indígena como conteúdos de aprendizagem: como anda a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia?** UNIR: GPEA, 2014.

NEVES, Josélia Gomes. Relatório de Pesquisa. PIBIC – Ciclo 2015-2016. **Projeto Karo & Ikolem: História e culturas indígenas na perspectiva da Lei 11.645/2008**. UNIR: GPEA, 2016.

NEVES, Josélia Gomes. **Na trilha dos Urupá: estudos de antropologia etnopedagógica**, 2016. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i30.382>. Acesso em: 20/05/2018.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial**: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

P@rtes